

Os historiadores do franciscanismo e a “medievalística” do século XX: pressupostos teóricos e níveis de interpretação. André Luis Pereira, mestrando em História Social pela FFLCH-USP.

Na presente comunicação, pretendo discorrer sobre duas questões que considero fundamentais para o entendimento da historiografia franciscana que se desenvolveu desde o século XIX até o XX. A primeira questão refere-se aos inícios e à formação desse campo de estudo, bem como aos objetivos que possibilitaram seu vir a ser; a segunda, está relacionada com os pressupostos teóricos e aos níveis de interpretação que estiveram e ainda estão na base da escrita dessa história. Desde já, há que se destacar que o volume da produção erudita sobre o franciscanismo medieval, nos últimos dois séculos, é sobremaneira grande que inviabiliza qualquer leitura descritiva ou analítica nos limites desse evento. Desta feita, optei por demarcar três nomes-chave dessa produção, analisando-os à luz dos pressupostos teóricos identificados a partir de uma leitura conjunta de uma série de autores. Meu intuito foi construir uma reflexão pertinente à problemática desse grupo de trabalho, de modo a dialogar com as outras áreas da medievalística.

Uma obra de síntese já a encontramos em “*Le origini francescane come problema storiografico*” de Stanislao Da Campagnola, publicado em 1979. Ao invés de começar sua obra pelo estudo dos historiadores que abordaram a questão das origens franciscanas, o autor preferiu iniciar fazendo, ele mesmo, uma crítica às fontes hagiográficas e “cronísticas” dos séculos XIII e XIV. Desse modo, ficava implícita certa equivalência entre “fonte histórica” e “historiografia” o que, numa leitura superficial, não acarretaria grandes inconvenientes. Porém, gostaria de observar que a atitude desse autor não dissimula um apego muito comum entre os franciscanistas italianos à “*historicidade*” das fontes. Se assim for, seria possível afirmar que Da Campagnola é herdeiro de uma tradição acadêmica iniciada no século XIX e praticada, em larga medida, até o fim do século XX, pelo menos entre os medievalistas italianos. É sobre o entendimento dessa questão que agora quero me deter um pouco.

O século XIX, por mais de um motivo, pode ser chamado de “*o século da história*”; um desses motivos diz respeito à grande importância que essa disciplina erudita adquiriu no conjunto da produção intelectual européia. Nesse ínterim, a historiografia oitocentista foi produzida segundo os ditames de duas filosofias da

história que se sucederam: o “romantismo” e o “historicismo”. Em linhas gerais, pode-se dizer que o romantismo historiográfico possibilitou o interesse pelo estudo da Idade Média, fazendo com que nascesse, em grande medida, a medievística, sobretudo ao pretender abandonar o racionalismo e a rigidez clássica e exaltar mais o sentimento e o gênio do que o intelecto. No afã de dar respostas aos anseios nacionalistas e originários de determinado povo, houve uma tendência de encontrar no medievo os valores e os ideais que respondiam a tais anseios, de modo que o passado medieval começou a ser visto como a raiz das nações da Europa.¹

Os historiadores “românticos” passaram a conceber a Idade Média como uma espécie de idade de ouro, quando foram formadas as instituições políticas, a religião, os costumes e línguas de cada povo, dentro da idéia de unidade orgânica que advinha da predominância do cristianismo. Dentro dessa ótica, eles puseram-se a dar carne e nervos aos restos mortais do medievo, compondo obras de grande amplitude com o intuito de restabelecer a ligação com esse passado primigênio. Ainda que esse movimento epistemológico tenha dado maior ênfase ao estudo da noção de “povo” àquela de “indivíduo”, num claro contraponto ao liberalismo, houve o cultivo de pesquisas sobre certos personagens considerados fulcrais desse “espírito do povo” ou “espírito de época”, os heróis nacionais, paradigmas e sínteses do tempo. Para muitos historiadores, são Francisco de Assis teria ocupado esse papel, e, por conseguinte, desde o período romântico teve ele já alguns estudiosos que procuraram ressaltar sua “importância histórica”, entre os quais Michelet e Renan.

Porém, esse interesse pelo “Francisco real” foi mais acentuado durante os desenvolvimentos do positivismo historiográfico, ou historicismo, que sucedeu ao romantismo oitocentista e determinou os rumos subseqüentes da investigação histórica. Impulsionado pelo mito da cientificidade do saber intelectual, mormente da história, o historicismo de matriz rankeana propugnava o acesso à verdade histórica mediante a detalhada reconstituição do passado, uma severa crítica às fontes e uma seleção documental que privilegiasse os testemunhos “dignos de nota”. Os estudos franciscanos, como os entendo, tiveram seu início efetivo dentro dessa filosofia da história e foi Paul Sabatier seu primeiro defensor.

Discípulo e amigo de Ernest Renan, Sabatier foi aconselhado por este a se dedicar ao exame da figura histórica de Francisco de Assis e a procurar restabelecer as

¹ Cf. FERGUSON, W. K. *La renaissance dans la pensée historique*. Paris: Payot, 1950. p. 116.

“reais” dimensões de sua obra espiritual.² Ambos os eruditos partiam da crença de que Francisco havia “salvado” a Igreja do século XIII e feito com que o papado cedesse aos seus ideais de uma sociedade renovada e liberta do jugo da servidão medieval. Entretanto, ambos acreditavam que esse mesmo papado, vencido uma vez pela inspiração carismática do “pobre de Assis”, sufocara os ideais de sua reforma e encaminhara para outros rumos aquilo que o santo queria implementar. Tanto Renan quanto Sabatier acreditavam que Francisco tinha inaugurado a modernidade a partir do movimento laico que fundara e da libertação da ingerência assídua da instituição eclesiástica. Segundo tais autores, de Francisco teria surgido uma Igreja nova, mais espiritual, mais humana e mais separada das instâncias do poder.

Para esses eruditos, havia de se reescrever e reconstituir a *biografia do homem Francisco*, uma biografia que se fizesse a partir de ‘fontes confiáveis’ e que traduzissem a “inspiração primeva” antes que esta houvesse sofrido as supostas deturpações advindas da ação do papado. Paul Sabatier, em sua obra capital “*Vie de Saint François*”, submeteu as *hagiografias* de s. Francisco aos ditames da crítica historicista e procurou encontrar, nesses testemunhos, o “verdadeiro santo, suas intenções e sua obra” por meio de ‘bases científicas’. Stanislao Da Campagnola já havia escrito que o erudito francês queria “*conferir à biografia de Francisco uma base de autenticidade incontestável*”³. Essa incontestabilidade, segundo Sabatier, não poderia vir das legendas ditas oficiais, pois essas, ao receber o aval do papado, teriam de estar de acordo com seu ponto de vista. Desse modo, houve, por um lado, o desejo de se encontrar novas fontes, sobretudo as que pudessem estar isentas da influência curial, e por outro, houve a valorização dos testemunhos escritos que o próprio santo deixou. Esses escritos tornaram-se, então, paradigma para o estudo das *hagiografias*, pois foram considerados mais “fiéis” ao espírito do “Francisco real”. De fato, na ânsia de se encontrar a verdade histórica nos textos *hagiográficos*, os estudiosos confundiram “*hagiografia*” com “*biografia*” e, com isso, surgiu a depreciação de certas legendas e a supervalorização de outras.

² Cf. DA CAMPAGNOLA, S. *Le origini francescane come problema storiografico*. Perugia: Università degli Studi di Perugia, 1979. p. 173.

³ *Ibid.*, *op. cit.*, p. 175.

A procura por novas fontes levou Sabatier a encontrar e a editar o códice do *Speculum Perfectionis* em 1898⁴. A descoberta desse texto trouxe grandes conseqüências ao futuro da franciscanística não apenas pelo seu conteúdo, mas, sobretudo pelo encaminhamento crítico dado por Sabatier. Em primeiro lugar, o historiador francês atribuiu a autoria da obra ao grande secretário de s. Francisco, frei Leão de Assis. E, em segundo lugar, a datação proposta ao texto foi 1227, ou seja, um ano antes da redação da chamada *Vita Prima*, redigida por Tomás de Celano e que se tornou a versão oficial da vida de s. Francisco até a aprovação da *Legenda Maior sancti Francisci* de Boaventura de Bagnoregio, em 1263.

Ou seja, Sabatier não escondia sua desconfiança pela obra de Tomás de Celano e pela de Boaventura. Para ele, ambos os hagiógrafos compuseram vidas não autênticas de Francisco, edulcoradas de acordo com a vontade do papado e em contradição aos ideais do santo, ideais estes que estavam expressos nos seus opúsculos e no *Speculum Perfectionis*. Com isso, Sabatier também não dissimulava seu apreço pelas fontes advindas do grupo dos chamados “*espirituais*”, pois, segundo ele, esses frades estavam em melhores condições de traduzirem o significado da ação de Francisco. No fundo, havia ainda outra questão historicista disfarçada nas opções formais de Sabatier: este acreditava que Tomás de Celano apresentava o “santo”, enquanto Leão apresentava o “homem”. Porém, segundo Stanislao Da Campagnola, não foi apenas Sabatier a privilegiar a “humanidade” de Francisco em detrimento de sua “santidade”, essa tendência foi comum aos outros franciscanistas do oitocentos⁵.

O historiador francês lia a vida de s. Francisco pelo viés da ‘modernidade’ e acreditava que o santo de Assis havia sido o primeiro homem moderno, pois fundara um movimento religioso predominantemente laico. A posição sabateriana suscitou pronta reação de outros eruditos. Walter Goetz, por exemplo, advogava a “medievalidade” de Francisco, pois, segundo esse autor, o santo não teria fundado um movimento laico, mas uma ordem religiosa no sentido preciso do termo. Na seqüência, Lemmens preferiu equilibrar as duas opiniões, e admitiu que Francisco havia fundado uma ordem religiosa, mas esta ordem divergia dos moldes tradicionais da vida monástica.

⁴ Cf. URIBE, Fernando. *Introducción a las hagiografías de san Francisco y santa Clara de Asís (siglos XIII-XIV)*. Murcia: Editorial Espigas, 1999. p. 322.

⁵ *Ibid.*, *op. cit.*, p. 178.

Assim, segundo Da Campagnola, os estudos franciscanos chegaram ao século XX divididos em duas vertentes: 1) A vertente “modernizante” via no primitivo ideal franciscano uma opção de fratura com o mundo religioso medieval. 2) A vertente “medievalizante” via o franciscanismo inserido na religiosidade medieval, a partir da qual a Ordem havia se desenvolvido sem uma própria contradição entre o crescimento numérico e os ideais fundacionais.⁶ Mesmo apresentando resultados contrários, essas duas vertentes chegaram aos seus resultados a partir dos mesmos pressupostos historicistas já apontados nesta fala.

As teses de Sabatier e de seus adeptos tiveram no alemão Kajetan Esser um ferrenho opositor. Esser não concordava com a acentuação que os sabaterianos davam ao suposto conflito entre as intenções de Francisco e as da Cúria romana; para ele, o santo de Assis não queria se indispor com a Igreja; pelo contrário, queria estar ‘submisso’ aos pés do pontífice, pronto para servir à causa de s. Pedro. O historiador alemão intencionou combater Sabatier através do caminho que o próprio Sabatier havia proposto: um estudo sério e privilegiado dos opúsculos de s. Francisco, sobretudo o seu testamento. Kajetan Esser fez a edição crítica desse texto em 1949 e advogou sua autenticidade, tese que continua sendo aceita por todos os críticos.

Em 1966, Kajetan Esser publicava sua obra mais importante para a história franciscana: “*As origens e o espírito primitivo da Ordem dos Frades menores*”⁷; nessa obra, o autor tentou escapar aos conflitos que atingiam os franciscanistas que se embatiam para defender a ‘historicidade’ e a preeminência desta ou daquela legenda: embate esse conhecido pelo nome de “*Questão Franciscana*”. Para tanto, Esser optou por considerar as origens da Ordem a partir dos testemunhos externos ao franciscanismo: crônicas monásticas, cartas, lendas de outras tradições, etc. Através desses fragmentos de textos, o historiador alemão pretendia mostrar que a ‘ordem’ franciscana, apesar de diferente das ordens monásticas e canônicas, era de direito uma ordem religiosa, de caráter misto, qual seja, formada por clérigos e leigos em harmoniosa convivência, tendo no serviço a Igreja seu fundamento e modo de existir.

⁶ Ibid., *op. cit.*, p. 194.

⁷ Publicado na Itália em 1972 com o seguinte título: *Origini e valori autentici dell’Ordine dei frati minori*. Milano: Ed. Francescane, 1972. Esta obra foi publicada também no Brasil, pela Editora Vozes em 1972.

A preocupação primeira de Esser era compreender as transformações pelas quais passou a ordem dos frades, e como essa primeira fraternidade de penitentes tornou-se uma ordem constituída e aprovada pelo papado. O acento, portanto, não era biográfico, como em Sabatier, e nem mesmo narrativo, já que o autor preferia abordar a questão por problemas temáticos. É possível que o trabalho de Esser fosse o primeiro estudo a dar à ‘fraternidade’ franciscana um papel de protagonista de sua própria história, enquanto um organismo que se desenvolvia exposto às vicissitudes do tempo. Esser também foi o primeiro a utilizar sistematicamente as fontes externas ao franciscanismo e a procurar entendê-lo a partir do que se pensava desse movimento em outros ambientes. Seu método teve o mérito de alargar a problemática para além daquilo que os oitocentistas procuravam realçar ao insistir na deformação que a Cúria romana teria provocado na Ordem de s. Francisco.

Embora não possamos dizer que a preocupação primeira do ‘frade’ Kajetan Esser fosse construir uma ‘biografia’ de s. Francisco, ele não conseguiu desvencilhar-se de certa historiografia apologética, empenhada, amiúde, em destacar a estrita ortodoxia do santo fundador em oposição aos resultados do ‘protestante’ Sabatier. Além do mais, a produção subsequente de Esser inclinou-se para temas de espiritualidade franciscana, tendo ele publicado vários trabalhos de exegese de textos medievais mais ligados à reflexão espiritual do que histórica. Mesmo sem ter entrado propriamente nos embates da chamada “Questão Franciscana”, Esser não deixou de dar a sua resposta aos questionamentos acerca das origens do franciscanismo, mantendo-se ligado ao estudo das primeiras gerações de frades.

Em 1974, o medievalista italiano, Giovanni Miccoli publicou o texto “*La storia religiosa*”, inserido na grande coleção *Storia d’Italia*, da Editora Einaudi. Analisando a história religiosa da Itália durante a Idade Média, Miccoli avaliava o papel de algumas ordens religiosas nesse processo, entre as quais a franciscana e a dominicana. Porém, a ênfase caiu sobre s. Francisco e seus frades. O espaço não negligenciável concedido à participação do franciscanismo no desenrolar da história italiana, coloca o trabalho de Miccoli entre os mais relevantes estudos sobre a importância social da Ordem dos Frades Menores nos destinos sociais da Igreja Romana e da Europa ocidental. Mas aqui gostaria de me deter em outra obra desse autor, publicada em 1991: *Francisco de Assis: realidade e memória de uma experiência cristã*.

Este livro é formado por um conjunto de artigos publicados ao longo de, pelo menos, vinte anos de pesquisa sobre o franciscanismo; desse modo, não seria um absurdo concebê-lo como uma sùmula da obra de Miccoli. Por ora, gostaria de destacar apenas o capítulo VI, até então inédito: “*Da hagiografia à História: considerações sobre as primeiras biografias franciscanas como fontes históricas*”⁸. Nesse capítulo, dentre outras coisas, o historiador italiano advoga a viabilidade de se utilizar textos hagiográficos na pesquisa histórica. Porém, ele parte de uma concepção de hagiografia bastante específica: a hagiografia medieval, para Miccoli, não seria apenas um livro edificante, mas uma espécie de ‘historiografia’. Segundo essa premissa, todo aquele que tivesse contato com uma lenda, a entenderia como ‘história’; aqui o termo ‘história’ equivale ao sentido de ‘veracidade’. Ou seja, a relação do hagiógrafo com o leitor seria mediada por uma narrativa verídica cujo intuito seria retratar a verdade. A meu ver, sua concepção de historiografia não dissimula os pressupostos do positivismo: a história como reconstrução do passado como ele foi, e tornado presente pela reconstituição dos fatos por meio de fontes confiáveis.

Para Miccoli, existe uma equivalência entre o gênero hagiográfico e o biográfico, o que em si já é problemático. Entretanto, convém ressaltar aqui que, consoante à sua concepção de história, a saga franciscana poderia ser ‘reconstruída’ utilizando-se um método interpretativo que fosse capaz de retirar da narração legendária os ‘fatos históricos’, portanto, verídicos. Miccoli propõe uma leitura historicista para a hagiografia, pois pretende encontrar nesse gênero a adequação da narrativa com uma suposta realidade exterior a ela, à qual a hagiografia deveria responder. No caso, o autor, ao ler as lendas franciscanas, está preocupado com o ‘Francisco histórico’, com o homem que, de fato, existiu. Para ele, o critério de autenticidade de uma lenda está relacionado com a capacidade da fonte de transparecer esse ‘homem histórico’: quanto mais o ‘histórico’ sobrepujar o ‘literário’, mais importante seria a narrativa para o estudo do passado. E, nesse caso, como as várias *vidas de s. Francisco* não estariam todas no mesmo nível de ‘historicidade’, Miccoli sente-se a vontade para preferir umas e preterir outras.

Diz o autor: “*Os escritos franciscanos de Boaventura e os muitos redigidos depois dele, que em primeiro lugar são documentos sobre si mesmos e sobre a sorte de*

⁸ MICCOLI, G. *Francisco de Assis: realidade e memória de uma experiência cristã*. Petrópolis: FFB, 2004. pp. 203-278.

*uma memória e de um culto e só raramente podem oferecer-nos algo que tenha valor autônomo para a história do passado, não podem ser meio eficaz para o conhecimento dessa história”*⁹. Essa preocupação com o ‘valor autônomo’ dos elementos narrativos no conhecimento do passado, a nosso ver, mostra que Miccoli, apesar de escrever cem anos depois de Sabatier, continua inserido nas armadilhas da “questão franciscana”.

Diante da trajetória aqui construída, podemos inferir algumas conclusões. Apesar de todas as transformações teóricas que a historiografia européia passou desde a fundação da *Escola dos Anais*, é permitido dizer que a franciscanística, sobretudo a italiana, ainda permanece atrelada aos ditames de um ‘historicismo tardio’. E, exceptuando alguns esforços isolados, de modo geral os eruditos ficaram atados aos interesses de ‘reconstruir’ a vida do homem Francisco, e de encontrar as fontes ‘autênticas’ em meio a um acervo de hagiografias e crônicas hagiográficas bastante características. Na análise desse material, os franciscanistas estiveram pouco abertos às novas metodologias, bem como às concepções teóricas que foram se formando nas últimas décadas. Nesse sentido, não surpreende que a historiografia do franciscanismo que, *grosso modo*, iniciou-se concomitantemente à medievística, hoje esteja um tanto quanto aquém das problemáticas principais e dos resultados das pesquisas em historiografia medieval.

⁹ Ibid., *op. cit.*, p. 212-213.